

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SAÚDE MENTAL E OS SENTIDOS DO TRABALHO

Neusa Freire Coqueiro ¹

RESUMO

Este estudo analisa os sentidos do trabalho para os sujeitos inseridos na primeira cooperativa formada por pessoas com transtornos mentais do Estado do Ceará, a qual faz parte da economia solidária. A análise foi feita a partir de um estudo de caso realizado na cooperativa, utilizando entrevistas e consultas a documentos. Buscou-se apreender os sentidos do trabalho autogestivo com base na construção reflexiva dos sujeitos, considerando os diversos aspectos de sua subjetividade.

Palavras-chave: sentidos do trabalho, economia solidária, saúde mental.

ABSTRACT

This study examines the meanings of work for the subjects included in the first cooperative formed by people with mental disorders in the state of Ceará, which is part of the solidarity economy. The analysis was made from a case study conducted in the cooperative, using interviews and consultation documents. It wants to apprehend the meanings of self-managing work based on the reflexive construction of subjects, considering the various aspects of their subjectivity.

Keywords: meaning of work, solidarity economy, mental health.

1 - INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva intensificada a partir de 1980 gerou intensas transformações no mundo trabalho, levando à diminuição da sua oferta e crescendo o número de desempregados. Assim, são trazidas a ampliação e a legalização de novas experiências econômicas em que o interesse coletivo é predominante.

O desemprego estrutural deflagrado nas últimas décadas culminou num significativo número de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, passando a buscar reinserção em experiência econômica solidária. Para Singer (2005), os trabalhadores, desde o século XIX, vêm constituindo por iniciativa própria cooperativas e outras formas produtivas de tipo familiar, associativo e mesmo microempresarial.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará (UFCE). neusacf@gmail.com

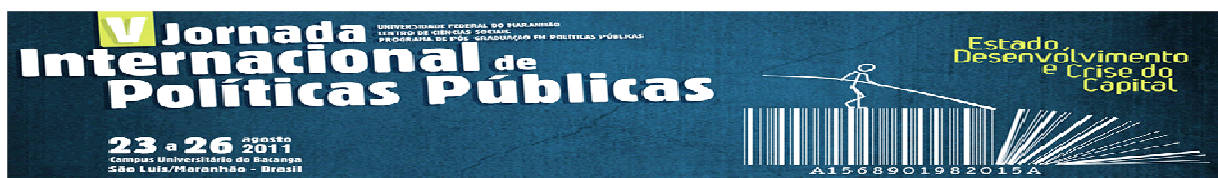


Na América Latina, os sistemas alternativos de produção são representados essencialmente pela economia solidária, a qual tem no cooperativismo o principal expoente, compreendendo uma diversidade de ações e modos de produção associativos. No Brasil, o surgimento da prática cooperativa data de 1932, após a promulgação da lei do cooperativismo brasileiro. A discussão em torno dos espaços cooperativos vem ganhando notoriedade a partir da década de 1990, pelo agravamento da crise econômica, com forte crescimento do desemprego e dos trabalhos informais. Tal cenário culminou na criação de estratégias que fossem capazes de gerar trabalho e renda para a população excluída do mercado formal de trabalho, havendo uma multiplicação do número de cooperativas no País.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (2010), existem 6.652 cooperativas nos vários ramos de atividades, com um total de 9.016.527 associados, gerando 298.182 empregos. As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, ocorridas inicialmente nas universidades federais, fazem parte da proposta de incluir economicamente setores socialmente excluídos pela política econômica adotada pelo governo, consubstanciada na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Tomando como base o princípio da emancipação para aprofundar a discussão, citamos Santos e Rodríguez (2004) quando afirmam que a promoção da emancipação social está no centro da discussão sobre os sistemas alternativos de produção e as cooperativas são o instrumento para promover a emancipação. O potencial emancipador ocorreria na medida em que houvesse mudanças nas condições de vida dos cooperados.

O processo emancipatório transcende as esferas econômicas e produtivas. Implica a constituição de sentidos que permitam a reorganização das atividades humanas propostas por essas práticas alternativas. Assim, algumas questões se interpõem: em que medida essas entidades projetam algum movimento em direção à superação do capitalismo? É mais uma resposta à crise do trabalho, em que trabalhadores pobres e excluídos satisfazem as necessidades do capital? Os sujeitos implicados no processo conseguem produzir novos sentidos em relação aos processos de trabalho? Nessa direção, trazemos o conceito de sentido que nas reflexões de Vygotski citado por González Rey (2007); trata-se de “uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam na sua estabilidade [...]”. Em contextos diferentes, o sentido da palavra muda” (2007, p. 158).



Partindo das contradições e desafios colocados à economia solidária, o presente estudo objetiva investigar os sentidos do trabalho atribuídos pelos membros de uma cooperativa inserida na proposta da economia solidária. A partir da imersão na realidade pesquisada, buscamos abordar aspectos como: a relação entre a proposta da economia solidária e os modos de trabalho presentes na cooperativa, compreender como os cooperados singularizavam as experiências vivenciadas naquele espaço e os sentidos produzidos a partir delas. O cenário pesquisado é uma cooperativa produtora de artesanato, formada por pessoas portadoras de transtornos mentais. A iniciativa de sua criação ocorreu a partir de uma articulação entre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Secretaria Executiva Regional III de Fortaleza e a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará, um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará.

A Cooperativa do Centro de Atenção Psicossocial Ltda. (COOPCAPS) foi fundada em 9 de maio de 2005, no município de Fortaleza – Ceará, vinculada à administração governamental da prefeitura local. Durante a pesquisa, contava com 39 associados, pessoas que sofrem com transtornos mentais e em função disso se encontram em desvantagem econômica, uma pessoa que trabalha voluntariamente e dois técnicos da Prefeitura de Fortaleza, estes últimos prestando assessoria. As idades dos cooperados variam entre 35 e 65 anos, tendo recorte de gênero acentuado para o sexo feminino, que representa 71,79% dos cooperados, sendo, portanto, 28,21% do sexo masculino.

2 - METODOLOGIA

Esse estudo pretende seguir uma metodologia para obtenção de dados e resultados de natureza qualitativa, pressupondo aproximação maior com a realidade investigada, a partir das falas dos sujeitos que vão prestar as informações. Haverá espaço para dados de teor quantitativo, importantes para alcançar os efeitos do conhecimento.

Para analisar os sentidos do trabalho dos sujeitos inseridos nesse tipo de entidade e visando perceber como eles se relacionam e se expressam, optamos por um estudo de caso. Gil (1996), citando Young, diz tratar-se de um conjunto de dados que descrevem uma fase, ou uma totalidade do processo social de uma unidade em suas várias relações internas e fixações culturais, quer seja uma pessoa ou uma instituição social.



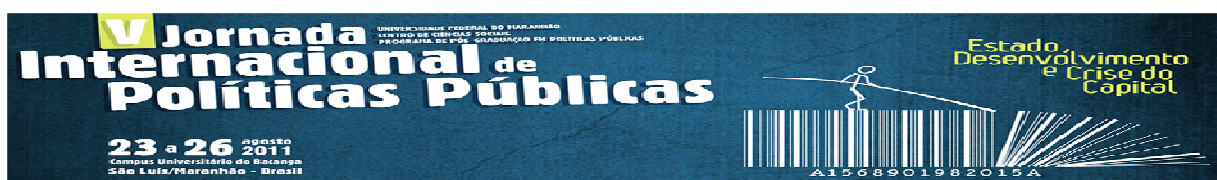
As informações foram coletadas através de entrevistas semiestruturadas mediante uso de gravador e analisadas dando ênfase às falas sobre autogestão, autonomia, experiências anteriores de trabalho, organização do trabalho na cooperativa e suas concepções de trabalho. As informações colhidas formam uma base empírica de dados para reflexão acerca dos sentidos do trabalho para os cooperados da COOPCAPS.

O estudo foi realizado entre os meses de outubro 2010 e fevereiro de 2011 e totalizou 20 visitas à cooperativa. Participaram das entrevistas 12 cooperados. Quanto ao nível de escolaridade, cinco declararam ensino fundamental, seis concluíram o ensino médio e um se referiu ao nível superior. Todos alegaram não possuir experiência anterior de trabalho cooperativo, sendo que 50% nunca acessaram o mercado formal de trabalho, 41,67% estiveram inseridos por períodos que variaram de três meses a um ano e 8,33% atingiram nível de estabilidade, permanecendo ativos até a aposentadoria por tempo de contribuição. Do total de cooperados 10,26% são beneficiários do Sistema Único de Assistência Social por incapacidade para a vida independente e para o trabalho em função do transtorno mental. Quanto ao critério de escolha, priorizamos aqueles que estivessem participando das atividades da cooperativa nos últimos 12 meses. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os nomes referidos são fictícios. As informações colhidas formam uma base empírica de dados para reflexão em torno de duas das principais problemáticas levantadas a partir das análises realizadas, tais sejam: os sentidos do trabalho e a autogestão no empreendimento.

3 - ANALISANDO OS SENTIDOS DO TRABALHO NA COOPCAPS

No que diz respeito aos sentidos atribuídos ao trabalho, dois aspectos se evidenciaram neste estudo. O primeiro foi a exaltação do trabalho como forma de garantir a sobrevivência; o segundo foi a concepção do trabalho como meio de reconhecimento e/ou desvalorização social. A relação entre trabalho e dinheiro é refletida por Marx (2004) como uma característica do capitalismo. Neste sistema econômico, o trabalho deixa de aparecer como um fim em si. Essa associação remete às formas tradicionais de trabalho no capitalismo, como o trabalho assalariado ou o emprego, conforme expressa a cooperada Maria: “trabalho é tudo, porque sem não tem o trabalho não tem o dinheiro, ai como é que a gente vive?”.

Destacamos que, apesar de a pesquisa ter identificado nas falas dos indivíduos

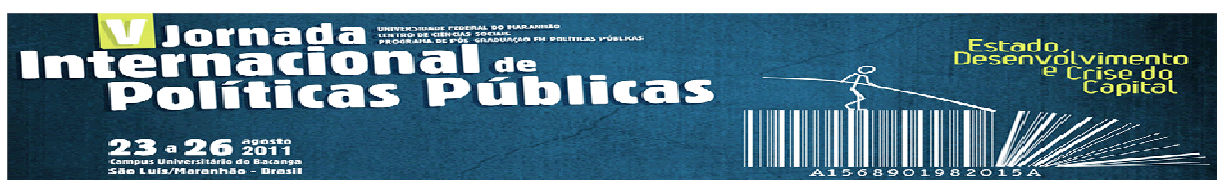


articulação entre trabalho desenvolvido e aspecto econômico, um elemento notável emergiu de forma recorrente, ao identificarem o vínculo com a cooperativa como um dispositivo terapêutico, atribuindo para esse aspecto o caráter principal da cooperativa.

As dificuldades acarretadas por essa forma de inserção no empreendimento, motivada fundamentalmente pela necessidade de realizar atividade terapêutica, remetem ao fato de os trabalhadores não entrarem comprometidos e implicados com os princípios que deveriam nortear os modos de trabalho nesses espaços. Essa situação pode ter sido reforçada pelo fato de a cooperativa em questão ter se constituído a partir de uma proposta esboçada em princípio pelo CAPS, sendo este o idealizador do processo de formação do empreendimento – ou seja, a iniciativa não partiu dos cooperados. Isso pode ser evidenciado pela dificuldade deles em compreender a proposta de trabalho da cooperativa, bem como no estabelecimento de uma relação de dependência com a atual gestão da prefeitura, a qual tem assumido desde algumas despesas essenciais ao funcionamento do estabelecimento, tais como: aluguel da sede, custos com fornecimento de água e energia, dispensa de vale-transporte, desde outubro de 2007. Até então, o funcionamento da COOPCAPS se dava nas dependências do CAPS.

Foi possível observar em vários discursos uma peculiaridade acerca do vínculo de trabalho que mantinham com a cooperativa e o seu papel nesta – assim, vários cooperados se referiam à sua atividade neste espaço como terapia, uma extensão do serviço de saúde mental. A fala abaixo evidencia a ênfase que é dada a essa forma de significar o trabalho nesse espaço, atribuindo-lhe caráter predominantemente terapêutico: “Olha, é muito importante não faltar a terapia. Quando a terapia ficou sendo aqui, eu não gostei muito, não, acho que ninguém gostou, mas depois a gente se acostumou, começou a aparecer um dinheirinho...”

Iniciativas dessa natureza, que entrelaçam saúde mental e economia solidária, objetivam a inclusão social de pessoas com transtornos mentais e fazem parte de um leque de ações do poder público, de técnicos e familiares envolvidos na questão da saúde mental, num esforço conjunto para garantir sustentabilidade a essas pessoas, promovem a inclusão ou reintegração social, propiciando melhoria de suas condições de vida. Tais experiências, apesar de estarem em fase de expansão no Brasil, são ainda recentes e trazem consigo novas questões, muito específicas e preocupantes. Refletindo o sentido do trabalho em cooperativa apresentado pelos entrevistados, atentemos para o



pensamento de Singer (2005) quando se refere à saúde mental na economia solidária:

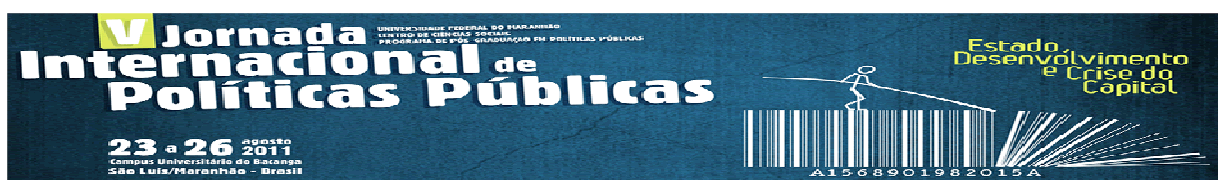
As lutas contra a exclusão econômica enfrentam obstáculos formidáveis. De um lado, a falta de capital, de qualificação profissional, de mercado, formalização legal, enfim das condições objetivas para o exercício de uma atividade econômica regular. De outro, dificuldades subjetivas: como passar do trabalho protegido ao autônomo, o único e verdadeiramente cooperativo; a loucura tem graus: só os dotados de mais autonomia devem ser escolhidos para formar cooperativa? E o trabalho é terapêutico por si ou pelo resultado pecuniário que proporciona a quem o exerce? (SINGER, 2005, p.11).

O segundo aspecto destacado em relação aos sentidos do trabalho foi sua significação como via de reconhecimento ou de desvalorização social. Assim, os trabalhadores da cooperativa, em sua maioria desempregados antes do empreendimento, trazem de maneira recorrente o sofrimento vivido na experiência de estarem excluídos do mercado de trabalho, como destaca a cooperada Carla: “Trabalho pra mim é dignidade, porque, quando a pessoa tá trabalhando, as pessoas olham pra gente diferente, respeita a gente, mas se a gente chega num lugar e não trabalha, a pessoa é desprezada”.

Segundo Marx (2004), no modo de produção capitalista o sentido da existência do homem está vinculado a um determinado modo de ser trabalhador. O não reconhecimento por essa condição, em razão do desemprego ou de trabalhos precarizados, deixa o trabalhador numa condição de desqualificação social.

O sentido de desqualificação social pela exclusão do mercado formal trabalho é muito acentuado, de modo que essas pessoas não conseguiram distinguir trabalho de emprego e, em decorrência, não se reconheciam como trabalhadores. Déjous (2000) afirma que, subjetivamente, o sentido dado ao trabalho depende da relação de identidade e participação, ou seja, o que o sujeito espera do seu trabalho, da qualidade de sua execução e da importância da sua contribuição conferido pelo outro funciona como uma retribuição dada ao ego como compensação.

Pelo fato de a COPCAPS continuar sendo mantida financeiramente pela prefeitura local, não podemos afirmar que ela possibilitou a autonomia e independência, visto que seu funcionamento é controlado parcialmente por seus sócios. Assim, inferimos que esse empreendimento não proporciona a desalienação do trabalho a que se propõe a emancipação social. Em Marx (2004), o processo de emancipação implica o fim da divisão social do trabalho, a reapropriação dos meios de produção e dos seus produtos



pelos trabalhadores e a possibilidade de autorrealização humana através do trabalho.

4 - AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DA COOPCAPS

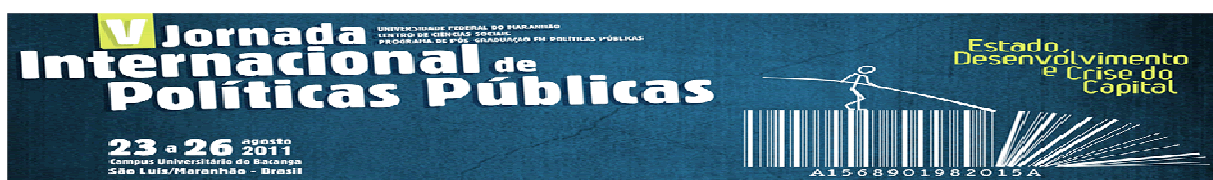
A autogestão no contexto da economia solidária se constitui em um dos princípios basilares, definida por Santos e Rodríguez (2004) como uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas em que se busca substituir a autocracia, típica desses modos de produção, pela democracia participativa. As discussões e análises em torno do caráter autogestivo dos espaços solidários têm se apresentado de modo complexo por envolver questões diversas, como processo de organização do trabalho, formas de participação nas decisões tomadas, conflitos emergentes e a forma como os cooperados os encaminham.

Nesse aspecto, a gestão da COOPCAP ficava centralizada nos membros da diretoria, sobretudo na figura da ex-presidente, que atualmente faz parte do conselho consultivo, mas exerce ainda um poder significativo, criando no grupo uma sensação de ficar à margem das decisões. Sob outra perspectiva, diversos discursos apontavam em contrário, ou seja, que havia baixa participação dos cooperados nos fóruns deliberativos, ficando fora do processo. As observações possibilitaram abstrair que a centralização por parte da gestão, ocorrida nos primórdios da cooperativa (e ainda presente), apontam para falta de iniciativa e baixa participação dos cooperados, que teriam criado um ambiente propício para que a diretoria assumisse para si grande parte das responsabilidades que deveriam ser do grupo.

Torna-se necessário refletir essa questão considerando os seguintes aspectos: primeiro, as condições de ingresso dos cooperados no empreendimento, sem entender amplamente sua proposta, apesar de terem participado de curso capacitação em processos de gestão coletiva; segundo, o poder delegado indiretamente à administração pelos próprios cooperados por não tomarem parte dos processos de decisões, contribuindo para torná-la uma figura de referência.

Outro aspecto relevante refere-se à autonomia, em que 50% dos entrevistados expressarem desejo por modelo heterogestivo na cooperativa para corrigir questões relacionados a faltas, atrasos e conflitos entre os sócios. Para esses, a falta de “punição” tornava frequente os abusos, estimulando outros a agirem conforme suas vontades.

Tais dificuldades nos espaços solidários, segundo Singer (2005), podem ser



enfrentadas com estratégias de educação e redes de apoio mútuo entre empreendimentos solidários, possibilitando relações mais democráticas no seu interior. A cooperativa estudada vem realizando capacitação e educação, porém ainda de forma incipiente, havendo necessidade de ampliação dessas ações por parte do poder público. Salientamos a relação de dependência da COOPCAPS com a gestão governamental. Essa relação nos convida a pensar que seja ela um dos fatores a coibir a cooperativa de se constituir autonomamente. No quadro dessa discussão podemos inferir que o financiamento público estatal é fundamental para realizar iniciativas dessa natureza. Mas permanecerem vinculados os coloca à mercê do cenário político local.

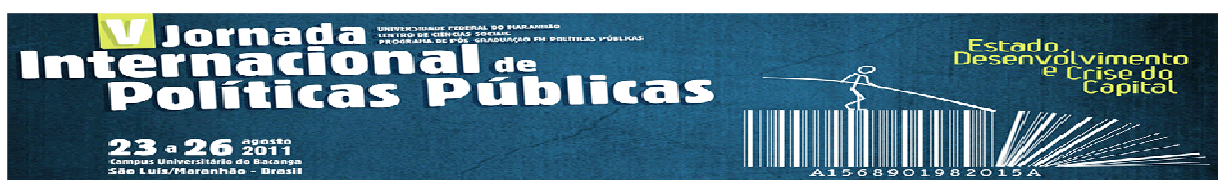
5 - CONCLUSÃO

A reflexão em torno de empreendimentos solidários nos instiga a pensar a formação de um novo modelo econômico, baseado na solidariedade, fundada sob novas formas de sociabilidade e novos valores. Em que pese a análise das relações concretas estabelecidas no empreendimento estudado, reiteramos que a proposta de economia solidária, na qual esta inserida a COOPCAPS, não se resume às esferas econômicas ou político-administrativas, assim como não pode ser percebida exclusivamente como dispositivos terapêuticos, mas envolve sobretudo processos subjetivos de ressignificação dos modos de trabalho.

A COOPCAPS representa hoje um fato emblemático na história da saúde mental de Fortaleza e do Brasil, por ter sido a primeira cooperativa formada por portadores de transtornos mentais legalmente reconhecida. Encontra-se perpassada por significativas contradições que apontam para dificuldades em constituir-se de fato em alternativa de superação do capitalismo ou de promoção da emancipação social.

Diante dos resultados obtidos por essa análise, é possível inferir que a cooperativa possibilitou a reinserção de um grupo de trabalhadores ao mercado de trabalho, minimizando a condição de pobreza e sofrimento psicossocial. Por fim, apesar das contradições e dos limites existente na realidade estudada com princípios da economia solidária, é preciso considerar que iniciativas dessa natureza potencializam modos de resistência ao atual modelo econômico.

6 - REFERÊNCIAS



ALIANZA Cooperativa Internacional. **Organização das Cooperativas Brasileiras**, 2010. Disponível em: http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/numeros_do_cooperativismo_2010.pdf. Acesso em: 24 abr. 2011.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, K. **Manuscritos econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PIRES, S. D.; Carvalho, R. A. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. In: L. I. Gaiger (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REY, Fernando González. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural.

Psicologia da Educação, São Paulo, n. 24, 1º sem. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psie/n24/v24a11.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: B. Sousa Santos (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2004.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Saúde Mental e Economia Solidária**. Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Saúde Mental e Economia Solidária**: Inclusão Social pelo Trabalho/ Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ed. do Ministério da Saúde, 2005.